

O SURDO E A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS MEDIADO POR UM EDUCADOR FÍSICO

THE DEAF AND THE PRACTICE OF PHYSICAL ACTIVITIES MEDIATED BY A PHYSICAL EDUCATOR

Lyna Katia Cavalcante Alves¹
Faculdade latino-Americana de Educação

Francisco Ricardo Miranda Pinto²
Universidade Estadual Vale do Acaraú

Resumo: O presente trabalho contribui significativamente para despertar nas pessoas a interação com os surdos em atividades físicas, além de levar a importância da capacitação do acadêmico de educação física para que este possa desenvolver metodologias a partir dos recursos disponíveis e evitando a exclusão da comunidade surda, possibilitando diversas formas atrativas para que toda a população se sinta convidada a participar das atividades físicas existentes, seja na dança, lutas, atividades lúdicas e entre outras de uma maneira inclusiva. O trabalho permite também a possibilidade de mostrar a história dos surdos e suas conquistas no decorrer dos anos. Para realização da pesquisa utilizamos de obras que trata da história dos surdos, decretos leis que possibilitaram uma melhoria para a comunidade e autorias que permitem uma vasta atividade com a comunidade surda.

Palavras-chave: Surdo; Atividade física; Inclusão.

Abstract: The present work contributes significantly to awakening in people the interaction with the deaf in physical activities, besides taking the importance of the training of the academic of physical education so that it can develop methodologies from the available resources and avoiding the exclusion of the deaf community, making possible Various attractive ways for all the population to feel invited to participate in existing physical activities, be it in dance, fights, play activities and others in an inclusive way. The work also allows the possibility of showing the history of the deaf and their conquests over the years. To carry out the research we use works that deal with the history of the deaf, decrees laws that enabled an improvement for the community and authorships that allow a vast activity with the deaf community.

Keywords: Deaf; Physical activity; Inclusion.

¹ Pós-Graduada em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – Faculdade latino-Americana de Educação (FLATED). Graduada em Educação Física – Faculdades INTA. E-mail: lyna_katia@hotmail.com

² Mestre em Saúde Coletiva – Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: ricardo-miranda1629@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A inclusão é ponto de ordem nos debates sociais dada a existência da luta interna e externa para que a igualdade seja vivenciada e trabalhada em vários meios dentro das instituições.

As Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica determinam que “Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (Brasil, 2001, pag. 44).

Apesar do exposto, é recorrente a deficiência institucional para ofertar atendimento digno a todos, deixando a desejar tanto em estrutura física quanto na capacitação profissional interno uma vez que fatores como falta de recursos para trabalho e a falta de capacitação dificultam o atendimento.

Entre tantas especificidades de cada público e citando a educação inclusiva, vamos comentar sobre o aluno surdo e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) forma de comunicação onde através das mãos, os sinais com significados e o alfabeto manual que dentro de um contexto podem traduzir qualquer situação, permite que seja compreendida a mensagem desejada.

A LIBRAS foi oficializada pelo Congresso Nacional em 24 de abril de 2002, conforme a Lei Nº 10.436/02 (BRASIL, 2002), contempla a comunidade surda e também o ouvinte, permitindo a comunicação entre as duas comunidades, além de influenciar na aplicação de outras leis que colaboram na educação dos surdos.

Após dez anos da oficialização da LIBRAS com intuito de facilitar a comunicação, pode-se indicar significativa fragilidade na abordagem da temática, despertando uma preocupação com a comunidade surda, que é alvo de exclusões tanto por parte dos ouvintes como pela própria comunidade surda, que prefere estar junta, na maioria das vezes, a que se permitir a uma socialização com ouvintes. O que pode ser uma medida de autodefesa.

Na história qualquer pessoa que nascesse fora dos padrões da sociedade tidos como ‘perfeitos’, ou seja, no caso sem deficiência, eram colocados à margem da sociedade

(BRASIL, 2006) e com os surdos não foi diferente, eles trazem consigo uma história marcante, onde podemos citar o fato que não tinham direito a se casar, a alfabetização e até mesmo eram impedidos de frequentar os mesmos locais que os ouvintes. A oralização também foi uma etapa marcante que os surdos tiveram que passar, sendo até mesmo impedidos de usar o alfabeto manual.

O Decreto Nº 5.626 de dezembro de 2005, no capítulo II relata dispõe sobre a inclusão de LIBRAS nos cursos de licenciatura:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005)

Sendo assim, optamos pela graduação em Educação Física Licenciatura para abordar como o acadêmico do curso convive com a prática de LIBRAS durante a formação, onde o ensino de atividades é realizado na busca pela prática universal, respeitando a limitação de cada um. Durante este estudo, colocaremos em questão a profissão que atua na área escolar. Esse profissional vai participar na educação dos alunos de modo inclusivo com os colegas, práticas de recreação, lazer, atividades esportivas, lúdicas, físicas e agentes de ações sociais.

A lei Nº 5.626, 22 de Dezembro de 2005, de inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular se aplica para cursos de licenciatura e visa trazer mudanças significativas na educação de surdos. A Libras torna-se notória para a comunidade acadêmica, mas a falta de acesso a capacitação por docentes dificulta o processo educacional e relacional entre professor e aluno surdo.

Para uma prática efetiva e reflexiva, centrada no processo ensino-aprendizagem e no estudante se faz necessária a capacitação profissional e assim o sendo, de forma análoga o é com o educador físico, devendo sua formação perpassar várias etapas desde as aulas teóricas e práticas, incluindo a disciplina de Libras, vivências com alunos em atividades de estágios.

É neste sentido que Monteiro (2013) afirma que dentre os vários profissionais das licenciaturas, apesar do aumento significativo, há ainda uma grande deficiência na capacitação para poder realizar uma comunicação entre o surdo e ouvinte.

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos portadores de deficiências físicas foram (e são) excluídos das aulas de Educação Física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social. (BRASIL, 1997, p. 31)

O educador físico atua de forma direta com a sociedade, sendo de grande importância trabalhar de forma atrativa para que toda a população se sinta convidada a participar das diversas atividades físicas existentes, seja na dança, lutas, atividades lúdicas e entre outras.

2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA COMUNIDADE SURDA

Os surdos carregam uma trajetória turbulenta, pois não tiveram uma educação ‘normal’, pois embora existisse uma ‘comunicação por gestos’, a tentativa de oralização sempre existiu.

O oralismo ou filosofia oralista visa à integração da criança surda na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o português). A noção de linguagem, para vários profissionais dessa filosofia, restringe-se à língua oral, e esta deve ser a única forma de comunicação dos surdos. (GOLDFELD, 2002, p. 33)

A autora relata que algumas filosofias que impõem aos surdos à única forma de comunicação ser a língua oral. O direito do surdo foi modificado a partir da aprovação da lei que garante a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a língua dos surdos, permitindo o bilinguismo (Língua Brasileira de Sinais e a língua portuguesa), sem impor o surdo a uma determinada e única maneira de comunicação.

Strobel (2009) afirma que o estudo do passado é importante para entendermos a situação atual. O estudo do passado nos ajuda a compreender o presente, pois apresenta toda a história vivenciada, junto com a evolução no cenário da comunidade surda.

A história na antiguidade relata as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado: A infortunada criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar. (NASCIMENTO, 2006, apud BERTHIER, 1984, p.165).

AFLUENTE

Revista Eletrônica de Letras e Linguística

Neste trecho reconhecemos um traço marcante na história do surdo. Nos decorrer dos séculos os surdos foram julgados e estudados. O olhar que os surdos recebiam, era como todos os “diferentes”, um olhar de exclusão, de que não iriam ser uma soma para a sociedade, achando que seria um estorvo deixar um surdo vivo.

Cada cultura tinha uma forma de tratar a questão dos surdos, por exemplo: A Roma não perdoava os surdos porque achava que eram pessoas castigadas ou enfeitiçadas, a questão era resolvida por abandono ou com a eliminação física – jogavam os surdos no rio Tigre. Só se salvavam aqueles que do rio conseguiam sobreviver ou aqueles cujos pais os escondiam, o que era muito raro – também faziam os surdos de escravos obrigando-os a passar toda a vida dentro do moinho de trigo empurrando a manivela (STROBEL, 2009).

Mesmo quando não era retirada a vida, eles eram excluídos da convivência de pessoas ‘normais’ como tachava a sociedade, pois a população era fortemente dominada pela religião, e o medo que doutrinava essas pessoas, fazia com que elas acreditassem que qualquer deformidade ou imperfeição era uma punição divina.

Já na Grécia, os surdos eram considerados inválidos e muito incômodos para a sociedade, por isto eram condenados à morte – lançados do topo de rochedos de Taygéte, nas águas de Barathere, os sobreviventes viviam miseravelmente como escravos ou abandonados (CHOI, *et al*, 2011; MONTEIRO, 2013; STROBEL, 2009). Neste caso, o fato da dificuldade de convivência, fazia com que a morte ou isolamento fosse constante.

No Egito e na Pérsia os surdos eram considerados como criaturas privilegiadas, enviados dos deuses, porque acreditavam que eles se comunicavam em segredo com os deuses. Havia um forte sentimento humanitário e respeitoso, protegiam e tributavam aos surdos a adoração, no entanto, os surdos tinham vida inativa e não eram educados (STROBEL, 2009). A religiosidade tem uma ligação direta com a trajetória dos surdos, mesmo sendo vistos como enviado dos deuses, não foi o suficiente para evitar a exclusão, apesar do respeito que recebiam por parte da população.

Fica claro que para cada povo, o surdo tinha uma vida excluída da sociedade, eram largados a própria sorte ou eram impedidos de viver, sendo assassinados de varias formas. A própria autora Strobel (2009) relata que é impossível de saber quanto a veracidade ou não da historia e reconhece, assim, a necessidade de pesquisa aprofundada de cada registro, apresentando a seguinte citação:

Até esse ponto sua narrativa da história dos surdos não apresenta nenhuma novidade, mas ao iniciar o relato da educação dos surdos a partir da idade moderna, nos surpreende com a afirmação de que é um erro considerar Pedro Ponce de León (1520 - 1584) o primeiro professor de surdos. (STROBEL, 2009 apud BERTHIER, 1984, p.170)

A sequência da história, apresentamos uma modificação e citamos dois nomes importantes na educação surda, o espanhol monge beneditino, Pedro Ponce de León, que apesar de haver controvérsias, existem registros, que o mesmo é considerado o primeiro professor dos surdos e que educava surdos de família nobres. O segundo nome citamos Anne Sullivan, professora que veio a ensinar uma menina surda e cega, em 1887, nos Estados Unidos. A estudante obteve graus universitários, publicando diversos trabalhos autorais, se tornando exemplo. A história deu origem ao filme “*O milagre de Anne Sullivan*”.

Strobel (2009) relata ainda outro caso que deu origem ao filme “*O menino lobo*” onde a criança, por falta de comunicação, acabava não estimulando a fala, por conta da convivência somente com lobos, porém para Jean Marc Itard, Estados Unidos, o surdo podia ser treinado para ouvir palavras, considerando o comportamento semelhante a um animal por falta de socialização e educação.

Com todo esse breve relato histórico, damos um salto para 1857 onde foi fundada a primeira escola de surdos do Brasil, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e em 2002, a legalização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (STROBEL, 2009).

3 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) E AS CONQUISTAS DA COMUNIDADE SURDA

A Lei 10436/02 é um grande marco na luta dos movimentos sociais pelo reconhecimento da comunidade surda e assim promover a eliminação do processo excludente que marginaliza aqueles. Aquela lei, reforçada pelo Decreto Nº 5626/2005 (BRASIL, 2005) garante a importância do conhecimento da língua, para a sociedade geral, desde a comunidade surda até órgãos de atendimento ao público.

AFLUENTE

Revista Eletrônica de Letras e Linguística

Art. 1o É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Há um enfoque ao reconhecimento da língua como meio de comunicação, de modo visual-motora, pois será produzida por membros superiores através de realizações de sinais. É importante destacar que a LIBRAS segue sua própria estrutura gramatical, além de afirmar que não substitui a Língua Portuguesa, significando que para os surdos, apesar de ter a sua língua reconhecida legalmente, precisa ter o conhecimento da língua materna dita convencional.

A literatura de Oliveira, *et al*, (2009) aborda outra questão de teor tão delicado quanto a inclusão escolar que é o atendimento de surdos nos órgãos da área da saúde, e de novo se embarreira na formação dos profissionais. Ainda que cursos da área da saúde sejam para formar profissionais que vão lidar com a comunidade de surdos, não é direta a indicação que estes devem ter a disciplina de Libras em sua matriz curricular. Oliveira, *et al*, (2012).

Todavia a Lei das Libras não foi a primeira tentativa de tirar este grupo vulnerável da margem da sociedade. Ainda no ano de 2000 foi lançada Lei Nº 10.098 que assegura direitos as pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define a pessoa com deficiência em seu Art. 2 como “[...] *aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial [...]*” (BRASIL, 2013, p. 3) ainda aduz que estas são situações que limitam o acesso igualitário à sociedade.

É assegurada a obrigatoriedade por partes das instituições, sobremaneira as federais, a ofertar a comunicação, além de garantir a abrangência em todas as modalidades, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior e ainda garante a capacitação no que se trata de cursos profissionalizantes para os professores e propõe a presença de um interprete de libras no recinto escolar e material didático (BRASIL, 2005).

Ainda que todas essas informações estejam claras nos dispositivos legais estes não asseguram, na prática, que realmente aconteça esta inclusão. Apesar de não contemplar, com

eficiência, o que foi conquistado até então é referência à comunidade e oferece, ainda que com deficiência, melhor qualidade de vida.

Outro ponto que devemos deixar claro sobre Libras é o fato desta ser identificada pela comunidade ouvinte por mímicas o que no caso é totalmente incorreta a expressão. Esta língua tem toda sua estrutura, toda a sua independência, diferente do que se compreende como obrigatoriedade de estar associado à Língua Portuguesa convencional, desrespeitando o direito de ser uma língua independente. (GESSER, 2009).

Língua de sinais não é mímica e essa expressão usada por alguns ouvintes comprova a falta de informação sobre o assunto. Mostrando mais uma vez como a necessidade de falar sobre o assunto dentro das instituições e em aulas básicas como de educação física, se faz necessário até para nível de conhecimento do assunto.

4 O SURDO VISTO PELA SOCIEDADE COMO DEFICIENTE

Há a busca da sociedade em atender de forma geral as dificuldades especiais dos portadores de deficiência física, porém, tem-se a falta de esclarecimento quando se trata do surdo. Na sociedade se alimenta a visão como deficiente, o que seria uma expressão exaltada de tratamento. O fato é que existe uma variação do nível e de patologia sobre a surdez.

O artigo 3º do capítulo I do Decreto N° 3.298 de dezembro de 1999 relata a seguinte informação

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (BRASIL, 1999).

O que o decreto explica, é que a anormalidade que gere um desempenho que impossibilite as atividades, pode ser referenciada como deficiência, mas o que se diz por normalidades? Já que cada ser humano se dispõe de características físicas, motoras e psicológicas diferenciadas? Ou eficiência? Segundo o dicionário Aurélio caracteriza-se por funcionar, ou produzir um efeito esperado. No caso, qualquer pessoa que realize uma atividade proposta, levando em consideração que cada um executaria atividade dentro do seu tempo e capacidade, estaria apta a ser tratada como normal.

O próprio conceito de deficiência é um conceito culturalmente formado. As crianças não se sentem diferente, a não ser de modo mediado, secundário, como resultado de suas experiências sociais. Para uma pessoa que nunca ouviu ou ouviu, esta situação é tida como normal, é o padrão que ela conhece. A comunidade precisa perceber que o que é considerado normal para a maioria das pessoas não precisa ser compartilhado com todos. (GOLDFELD, 2002, p. 53)

Isso significa que o desempenho de uma criança sem a intervenção do meio social, que alega a divisão de deficientes e normais, seria realizado normalmente, dentro do entendimento de cada um.

O que ocorre é que entre os surdos, a falta de audição não é entendida como algo trágico, ao contrário, é a sociedade sem o devido conhecimento e na maioria das vezes sem convivência que depreende a partir do senso comum que ser surdo causa impossibilidade das atividades ou na comunicação.

5 EDUCAÇÃO FÍSICA PARA SURDOS

O professor de Educação Física durante todo o período acadêmico recebe capacitação para um trabalho de forma inclusiva procurando ser, junto com o estudante, construtor do conhecimento, dinamizador do crescimento intelecto e pessoal, respeitando a limitação de cada pessoa não apenas as atividades físicas como a qualquer outro processo.

Compete ao profissional que conclui sua graduação em Educação Física licenciatura, realizar com êxito a inclusão prevista nos dispositivos legais que garantem a todos a inclusão e o respeito àqueles dos grupos de risco dentre estes os surdos, como preconiza o Art. 14 do Decreto Nº 5626 (BRASIL, 2005). O que indica que o professor pode atender estudantes com limitação auditiva, já que dentro da graduação obteve uma capacitação, além de dispor de cursos de capacitação em Libras. Todavia surge a questão relutante se na prática ocorre realmente todo esse acesso a Libras?

Normalmente se tem a ideia que ‘o surdo copia’ o que ver pelo fato da falta de audição, ele repete o que é visto, isso significa que quando um professor de Educação Física propuser um exercício, ele vai executar de forma a repetir aquele exercício. Mas esse não seria o correto a ser realizado em uma aula, afinal a interação do aluno com o professor deve existir para se obter uma forma real de ensino, além que nesse caso a repetição de

movimentos acaba por promover no aluno surdo um significado de diferença, o que não é o que os profissionais querem, nem o que os surdos precisam.

A intenção das atividades é incluir todos em uma prática de esportes, lazer, danças, entre outros, sem distinção e com a capacidade de comunicação com todos os públicos.

Não raro ouve-se nas escolas referências a alunos com necessidades educacionais especiais como “os alunos da inclusão”, o que sugere o questionamento sobre o modo como são percebidos diante dos demais alunos. “Tenho vinte e cinco alunos, dois de inclusão”, comenta um professor. Além da evidente concepção de uma educação voltada para a “normalidade”, tal ideia contrapõe-se à compreensão da inclusão, largamente defendida na bibliografia, como um processo que deve abranger todas as diferenças. (BRASIL, 2005, p. 26).

Quando falamos de inclusão de atividades físicas, não queremos nos referir a uma inclusão de modo que crie uma diferenciação entre o público, não sendo também omisso que cada um tem suas especificidades e suas limitações, mas o que deve sobressair é o propósito de diminuir as desigualdades entre os públicos, de uma maneira que a inclusão não seja pelo fato de ter ou não uma audição favorável, mas sim, de levar a atividade física para todos os públicos, pois fazer essa diferenciação já seria uma forma de exclusão.

Assim, a área de Educação Física hoje contempla múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade a respeito do corpo e do movimento. Entre eles, se consideram fundamentais as atividades culturais de movimento com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções, e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde. (BRASIL, 1997, p. 23)

O que o professor de Educação Física deve levar para a sociedade é a contribuição para uma educação para além do corpo, fazendo com que os alunos desenvolvam um caráter de criticidade sobre as diversas áreas. Esse é um dos propósitos do ensino de Educação Física, desmistificando, inclusive a ideia de outrora que reforça e que simboliza essa disciplina única e exclusivamente como aquela que tem como foco principal ver e desenvolver o corpo, sem qualquer criticidade e reflexão do mundo em que está inserido.

Mourão (2008) já afirma ser um processo delicado e lento até o que profissional docente atine que há importante diferença entre o que ele aprendeu no espaço universitário e o que a realidade da prática do trabalho com estudantes surdos, reitera que o ensino da

universidade foge da realidade, sendo insuficiente para a prática, entretanto o estudo de Silva & Silva (2016) indica que até mesmo entre os próprios professores é possível encontrar o preconceito contra os deficientes.

Há de se promover a discussão quando se trata da dedicação do professor-estudante ao estudo das Libras uma vez que os conceitos ainda que existentes não sejam substitutos da prática da mesma no espaço da escola. Por outras vezes sugere-se que o professor ministre aulas aos alunos não pertencentes a comunidade de surdos e aos alunos pertencentes, ou seja, se exige duas situações de um mesmo profissional, ou ainda, se aloca dentro do espaço das escolas pessoas para lidar com este tipo de público sem formação alguma, pior ainda quando na formação o estudante passa pela disciplina apenas como obrigatória.

6 INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ALUNOS SURDOS, COMO REALIZAR A ABORDAGEM

É fato que a lei propõe igualdade, universalidade e equidade em se tratando de superar processos socioculturais de exclusão e adesão a processos que promovam uma melhor qualidade de vida, todavia ainda se destoa a realidade da lei descrita em papel e sua validação no cenário social. Para isso entende-la e colocá-la em prática seria o ponto principal, mas como o profissional de Educação Física poderá fazer a aplicação desta lei?

Gorla (2008) cita em sua obra uma metodologia simples e importante de ser aplicada, para uma boa abordagem das atividades. Realizar uma avaliação sobre o indivíduo que irá praticar as atividades permite tanto conhecer o indivíduo quanto também permite traçar estratégias para realizações das atividades. Aborda alguns tipos de avaliações do desempenho motores, como: equilíbrio, agilidade, potência, corrida.

Em todos os testes o indivíduo surdo entra na atividade apenas como dependência de demonstração visual, ou seja, todas as atividades descritas quando se trata para o indivíduo surdo, o instrutor tem total liberdade de aplica-las tendo apenas a preocupação de demonstrar visualmente a atividade proposta.

Uma abordagem clara que o autor coloca em sua obra, contemplando o educador físico, dentro das mais diversas possibilidades de atividades é optar pela intervenção de

trabalho em um assunto que possa gerar intrigas ao ser abordado: O ritmo e a pessoa surda. O assunto por se tratar de uma atividade como varias outras, tornando possível ser abordada pelo profissional de educação física, que irá auxiliar o surdo na sua compreensão ao se tratar de ritmo, sincronização, manifestações corporais, além de abordar a socialização entre todos os praticantes.

Santos Filha (2009) indica, por sua vez, aponta uma sequência de atividades físicas para professores de Educação Física que tenham estudantes em suas salas de aula. É ainda ponto de destaque no texto da autora o fosso que é provocado entre as relações mãe-filho(a) surdo(a)-família e conseqüentemente há impactos de ordem afetivo-emocional e social na vida da criança.

A Educação Física é a disciplina que promoverá o conhecimento e exploração dos espaços existentes na escola de forma que a criança consiga promover seu crescimento e autonomia desmistificando, inclusive que a criança surda é “retardada” como se supunha até bem pouco tempo (CASAROTTO, ROSA, MAZZOCATO, 2012), se destacando da ideia ainda imperiosa de que a Educação se refere a rendimento esportivo e até mesmo técnicas por técnicas, proporcionando desenvolvimento em todas as dimensões do sujeito (ALVES, *et al*, 2013).

7 TESTES APLICADOS DE ATIVIDADES DE RITMO PARA OS SURDOS, SEGUNDO A OBRA, EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA (2008)

Para o desenvolvimento da atividade, Gorla (2008) coloca uma sequência de avaliações e considera os movimento e velocidade como fatores internos e o som como um estímulo externo.

No capítulo o autor segue várias etapas, colocando a escolha da música como primeira deixando-a a critério do avaliador, além de cita algumas relevâncias a serem seguidas: Que a música esteja de acordo com a habilidade a ser realizada. Que tenha o andamento que se pretende trabalhar (Gorla, 2008).

Na segunda etapa o autor adapta os horários e locais para teste e expõe o ritmo aos praticantes das atividades. O interessante é que a letra da música escolhida deve ser repassada

de forma compreensiva para o aluno (caso haja) isso mostra a intenção de repassar para o surdo o que realmente se passa na música, evitando algo mecânico de se realizar.

O nome da música
Cantor/compositor
A letra (se houver ou for compreensível)
O ritmo (lento ou rápido)
A contagem do ritmo da música (de um a oito) a no andamento
(Educação física adaptada, 2008)

A terceira etapa o autor relata os testes de procedimento metodológico na execução. Andar, saltar, se deslocar, elevação dos joelhos e a marcha serão avaliados e realizados ao sinal do avaliador.

A quarta etapa se dá a análises de desempenho, o autor relata que o avaliador deve observar toda a execução das atividades durante o teste.

Após todos os testes aplicados com alunos surdos, em atividade que envolve música, caso que aparentemente seria impossível de um surdo realizar, pois sua falta de audição o impossibilitaria a execução da dança, já que esta diretamente ligada ao som, o autor conclui que o surdo tem uma limitação normal em comparação com um ouvinte, ou seja, cada pessoa ao executar um exercício que envolve dança irá ter um desempenho próprio.

Ao longo dos meses em que desenvolvemos a pesquisa, pudemos observar que, ao dançar, o surdo estabelece interação com o meio e passa a uma escuta interna das “sonoridades” existente no ambiente, internalizando-as e externalizando-as através do movimento, compreendendo melhor a dinâmica espaço físico-corporal do ritmo. Ficou claro para nós que o surdo possui como todas as outras pessoas um ritmo próprio, e que a utilização desse sistema de avaliação contribui também na compreensão deste ritmo próprio dos surdos que, para muitos, era imperceptível. (GORLA, 2008, p. 30).

O teste escolhido mostra que é possível desenvolver o senso ritmo do surdo e se o surdo pode realizar atividades que envolvem o som, como qualquer outra pessoa ouvintes, para os educadores físicos, fica a liberdade de aplicar quaisquer outras atividades, sem preocupações com a possível exclusão, pois se utilizar de técnicas apropriadas para todas as atividades se é possível aplica-las de modo satisfatório, afinal como qualquer pessoa, cada um tem suas limitações e cabe ao avaliador, no caso educador físico observar essas limitações e

não esconder suas dificuldades, fazendo com que possam trabalhar, afinal, tratar as dificuldades como normalidade é impedir um desenvolvimento.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta pontos importantes para esclarecer um assunto não tão debatido pela sociedade, o surdo e suas diversas práticas de atividades físicas, que mediada por um profissional de Educação Física, permite uma relação entre o praticante ouvinte e o surdo favorável para a vivência nas atividades.

Consegue trazer um minúsculo fragmento da história que circunda as deficiências físicas, mentais e dentre elas do surdo bem como apresentar ao ouvinte todo um histórico vivido diante de crenças até suas conquistas permitindo que o assunto seja compreendido para ser tratado de forma mais “natural” possível a fim de quebrar barreira existente para uma convivência geral entre surdos e ouvintes.

Levar ao leitor como a Libras é vista pela sociedade e apresentar o verdadeiro significado da Língua Brasileira de Sinais é não só uma forma de modificar esse pensamento e mostrar que Libras não é mímica, mas é insistir e persistir no discurso de que se faz necessário um novo olhar, uma nova forma de ver o surdo não como àquele que não tem capacidades e habilidades, mas como um ser como os demais, com suas habilidades e especificidades.

É preciso ir além do olhar que exclui, é preciso incluir, seguir os preceitos de inclusão presentes nos documentos oficiais e dar àqueles que estão em situação de risco o verdadeiro direito a ser incluso nas atividades cotidianas e sobremaneira nas atividades de Educação Física ao invés de excluir querendo dinamizar uma série de jogos que os estudantes não conseguem desenvolver não por inabilidade, mas por falhas na comunicação, um dos gargalos encontrados nos estudos.

A ligação entre o surdo e o educador físico é apresentada de forma que o educador físico tem grande papel de facilitador, promotor do desenvolvimento humano e social dos surdos a partir de diversas atividades a serem praticadas uma vez que as pessoas apresentam desempenhos próprios para cada atividade de acordo com cada habilidade e competência.

A limitação deste estudo ainda está no tabu existente quanto as possíveis limitações que uma pessoa possa ter por falta da audição e principalmente do profissional de Educação Física apreender que a inclusão está para além de simplesmente promover atividades que alimentem o corpo, mas que trazem as possibilidades de crescimento pessoal, social e de cidadania.

REFERÊNCIAS

ALVES, Tássia Pereira; SALES, Zenilda Nogueira; MOREIRA, Ramon Missias; DUARTE, Leonardo de Carvalho; COUTO, Edvaldo Souza. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos – SP, v.7, n. 3, p. 192-204, 2013.

AURÉLIO. **Normalidade**. Disponível em: < <https://dicionariodoaurelio.com/normalidade>>.

BRASIL. **DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. **Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão**. 4. ed. Brasília: MEC, 2006.

_____. Casa Civil. **Decreto Nº 5626 de dezembro de 2005**: Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>

_____. Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002. **Língua Brasileira de Sinais - Libras**. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm . Acesso em: 20 maio 2016.

_____. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. **Língua Brasileira de Sinais - Libras**. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm . Acesso em: 19 maio 2016.

_____. Senado Federal. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

AFLUENTE

Revista Eletrônica de Letras e Linguística

CASAROTTO, Verônica Jocasta; ROSA, Cristian Leandro Lopes da; MAZZOCATO, Ana Paula Facco. **Educação Física e o aluno surdo**. In.: XIV Seminário Internacional de Educação no Mercosul, XI Seminário Interinstitucional, II Curso de Práticas Socioculturais Interdisciplinares e I Encontro Estadual de Formação de Professores “Conhecimento & Interdisciplinaridade”. Disponível em: <

<http://unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2012/Educacao%20e%20desenvolvimento%20humano/artigo/educacao%20fisica%20e%20o%20aluno%20surdo%20.pdf>>

MOLL, Jaqueline (Org.). **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Disponível em: http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/07/diretrizes_curriculares_nacionais_2013.pdf . Acesso em: 13 abr. 2016.

GESSER, Audrei. **Libras, que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo, Parábola, 2010.

GAIO, Roberta. II MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Vozes, Rio de Janeiro, 2004.

GOLA, José Irineu, **Educação Física Adaptada, o passo a passo da avaliação**. São Paulo, Phorte, 2008.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

MONTEIRO, Rildevânia Alves. **Alunos surdos e a Educação Física: Uma análise sobre a produção acadêmica**. 2013. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd184/alunos-surdos-e-a-educacao-fisica.htm> . Acesso em: 13 abr. 2016.

MOURÃO, Cláudio. **Ensinando Educação Física para Surdos**. 2008.

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro. **Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier**. In: ETD - Educação Temática Digital 7 (2006), 2, pp. 255-265. URN: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-101756>.

PAULON, Simone Mainieri, FREITAS, Lia Beatriz de Lucca, PINHO, Gerson Smiech. **Documento Subsidiário à Política de Inclusão**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf> . Acesso em: 13 abr. 2016.

AFLUENTE

Revista Eletrônica de Letras e Linguística

OLIVEIRA, Cristiane da Silva Sousa de; SANTOS, Djane Maria Cardoso dos; FERREIRA, Gabrielle Gomes; SEOANE, Juana da Silva; SILVA, Vlândia Matos Crisóstomo da. Saúde e Surdez: limites, possibilidades e desafios. In.: **IV Jornada Inetrnacional de Políticas Públicas: neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/saude-e-surdez-limites-possibilidades-e-desafios.pdf.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de; COSTA, Gabriela Maria Cavalcanti; COURA, Alessandro Silva; CARTAXO, Renata de Oliveira; FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier de. A língua brasileira de sinais na formação dos profissionais de Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia no estado da Paraíba, Brasil. Botucatu-SP, **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/2012nahead/aop4712>.

SANTOS FILHA, Dalva Alves dos. **Atividades físicas para surdos**. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/06/atividade-fisica-para-surdos.pdf>>.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola? **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./abr., 2016.

STROBEL, Karin. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS**. 2009. 49 f. Monografia (Especialização) - Curso de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SELLTIZ, Claire; COOK; WRIGHTSMAN, Lawrence. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.